



Bloco de Esquerda

Comunicado de Imprensa

O que é o “PAEL” – Programa de Apoio à Economia Local ?

Propõe-se o **governo “emprestar” aos Municípios** (com juros que, segundo a Câmara de Beja, podem variar entre 4.15% à segunda-feira, e 2.69% à quarta-feira da mesma semana!), **a 14 anos**, entre 50 e 90% de um montante correspondente ao valor de **dívidas a fornecedores com vencimento a mais de 90 dias**.

O fundo global para todos os municípios que se candidatem é de mil milhões de euros. Se este montante não chegar, a atribuição é feita por rateio.

Portanto, anotemos: **ir-nos-íamos candidatar a um “empréstimo” cujo montante final não conhecemos exactamente**.

Ou seja, o **governo propõe-se “emprestar-nos”, agora com juros, dinheiro que durante anos a fio nos foi retirado indevidamente**, ao não ser cumprida a Lei de Finanças Locais!

Mas, atenção, o governo não se limita a ir-nos ao bolso. Quer obrigar o município a fazer o mesmo aos munícipes.

A Lei estipula dois regimes:

- o **regime 1, mais draconiano**, para os municípios em desequilíbrio estrutural.
- o **regime 2, mais “soft”** --- mas, ainda assim, muito exigente --- para municípios como o nosso.

Só que **basta falhar uma prestação do empréstimo ao longo dos 14 anos, para imediatamente um município do regime 2 cair praticamente no regime 1**, com as respectivas imposições extremas, como taxas ao máximo.

Ora, quem é que é capaz de **prever o que vai acontecer, num quadro recessivo, ao longo dos próximos 14 anos?**

Em rigor, alguém acredita que poderemos garantir o pagamento de tudo, mesmo tudo, como é obrigatório, sem falhar uma prestação ao longo de 14 anos?

O governo não acerta numa previsão económica e financeira a 14 meses. Nem a 14 dias.

E o executivo da Câmara de Beja --- que não nos merece especial confiança nesse capítulo --- **tem de acertar em 14 anos**, com uma pena de talião financeiro se não o conseguirmos.

Isto não é sério! **É uma farsa, para obrigar os autarcas** a, em caso de previsível incumprimento, **tomarem de assalto o bolso** quer dos **munícipes**, quer mesmo das **empresas e associações** do concelho, **através de aumentos brutais nos Impostos e Taxas Municipais**.

Ainda assim, admitamos que por milagre as previsões a longo prazo acertam. Está previsto um conjunto de medidas, que a lei impõe, e que vão pesar mais na bolsa dos nossos munícipes.

Vejamos o caso de Beja:

As **dívidas vencidas** a mais de 90 dias (em 31.03.2012) são de **7.886.846,16 €**.

O valor elegível para o “empréstimo” seria de 6.620.413, 45 €.

Desde logo, **julgamos ser de questionar uma gestão municipal que permite um aumento de dívidas a fornecedores numa tal escala:**

- Em **2009** a dívida a fornecedores era de **2.062.608,97 €**
- Em **2010** a dívida sobe para **8.578.016,61 €**
- Em **2012** (1º semestre) fica nos **6.897.546,50 €**

É esta **gestão, no mínimo danosa**, que, juntamente com os **constantemente incumprimentos da Lei de Finanças Locais** por parte dos diferentes Governos, coloca o município numa **situação de fragilidade** perante os seus **fornecedores**.

Na **proposta apresentada** (os dados constam dos documentos fornecidos pela C.M. Beja), **é possível constatar os aumentos “mínimos garantidos”**, que serão **suportados** pelos **municípios, empresas** e outras **instituições** do Concelho a **partir de 31.12.2013** (por coincidência, só serão aplicadas depois das eleições autárquicas):

- Receitas provenientes de **Taxas Municipais a duplicar nos primeiros anos**;
- Receitas do **IMI quase a triplicar**;
- **Tarifa de resíduos a crescer colossalmente**.

Curiosamente não são esperadas quaisquer alterações, a partir de 2016 até 2026; as receitas esperadas manter-se-iam inalteradas até ao final do Programa!

Do lado da **despesa**, são **esperados/planeados cortes progressivos** em áreas fundamentais:

- Redução de **custos com Pessoal (menos 13,17% em cada ano do programa)**;
- Redução das **transferências para as freguesias**;
- Redução dos **apoios ao movimento associativo**.

Afirma o executivo camarário de Beja que este “empréstimo” permitirá **injectar alguma liquidez na economia local** e, assim, resolver problemas imediatos de tesouraria a pequenas empresas e a fornecedores locais.

Mas esse é um **“alívio” ilusório**.

As **medidas propostas**, para um horizonte de 14 anos, **comprometerão 4 mandatos**.

Quatro novos elencos camarários que iriam estar **amarrados a um garrote financeiro** que lhes **retiraria autonomia de gestão e liberdade** para aplicar as medidas que o eleitorado sufragasse.

Não se vislumbra o que tem esta autêntica operação de **“troika para as autarquias”** a ver com autonomia do poder local e, no limite, com a própria democracia.

O que os **municípios têm a fazer é exigir o aumento das transferências do OE e a reposição das verbas cortadas**. Em conjunto e no âmbito da ANMP.

Ou, no mínimo, a **concessão de empréstimos, a juro mínimo, mas sem as imposições gravosas e limitadoras da autonomia do poder local**.

São estas as razões que levam o Bloco de Esquerda a não aprovar esta operação.

A Coordenadora Concelhia de Beja do Bloco de Esquerda